



# Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e  
Projeção Interdisciplinar

Antonio Carlos da Silva  
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021



# Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e  
Projeção Interdisciplinar

Antonio Carlos da Silva  
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti  
Antonio Carlos da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2 / Organizadores Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-131-9

DOI 10.22533/at.ed.319210406

1. Ciências humanas. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). III. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

“Não creio que possa haver qualquer processo de pensamento sem experiência pessoal. Todo pensamento é repensa” (ARENDT, Hannah. A vida do espírito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2012, p. 41).

Entramos em um momento histórico que somente com abordagem crítica, pluriversa, multireferenciada e plural poderemos assinalar o que fizemos de melhor como também anunciar o porvir. Os sujeitos sociais experimentam e narram vivências que exigem caráter polissêmico em prol de direitos, bem como matizam novas abordagens sobre exclusões, vulnerabilidades, assimetrias, subalternidades, tendências e interpretações de textos, contextos e agentes interseccionais.

A realidade – por meio de investigação teórica e análise histórica - está sempre em construção e as adaptações se realizam a partir da consciência dos processos mundiais e relacionais de vida social. Deste modo, com projeção interdisciplinar, confirmam emergências de temas, sujeitos e problemas que caracterizam as Ciências Humanas como um campo do conhecimento essencial para desenvolvimento social. São olhares sobre existências, resistências e processos que configuram o objetivo dessa obra.

Tomando esse argumento, o livro resulta de caminhos individuais e coletivos, de pesquisa, ensino e extensão. Tal percurso reflete intenções, desejos e, sobremaneira, trilhas que se cruzam - interdisciplinarmente e compondo partes que versam para além do senso comum - enveredando por bases científicas como instrumento de transformação.

Os dados apresentados e analisados são pontas de iceberg, denotando rigor e metodologias múltiplas. Destacam-se contributos de várias regiões desse país-continental e em diversas modalidades. São esforços para compreender, analisar, demonstrar e criar análises rigorosas e metodologicamente pautadas em fontes e vertentes argumentativas.

Nesse sentido, focalizando nas linhas gerais e valorizando o processo construção de saberes, esse livro faz uma análise dos fluxos e dos conteúdos concernentes aos processos que, em prol da descrição densa, engendram interfaces para compreensão dos fenômenos que nos cercam ao sugerir recomendações para um mundo justo.

Apreender que a totalidade das Ciências Humanas e Sociais fornecem um olhar atento sobre a consistência dos instrumentos, sejam das políticas já existentes como, sobretudo, de avaliação empregados nestes registros de desempenho dos projetos e programas. Os chamados “problemas retorcidos” (Rittel & Webber, 1973), podem não só servir de instrumento, problematizando e oferecendo visão crítica e avaliativa, tendo como centralidade também a aproximação com sujeitos “de carne e osso”, de subjetividades, pessoas (mulheres, idosas, deficientes, privadas de liberdade) e expressões de Humanidade (em suas múltiplas áreas) que tomam a responsabilidade e assumem compromisso ético oferecendo oportunidades para desenvolvimento de ações pertinentes e distantes das “incertezas”.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti  
Antonio Carlos da Silva

## **REFERÊNCIAS**

RITTEL, H.W. & WEBBER, M. Dilemmas in a General Theory of Planning. In: Policy Sciences 4. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1973, pp. 155-169.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### DIÁLOGO ABERTO: TEORIA LIBERTÁRIA E CRÍTICA EMANCIPATÓRIA

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Antonio Carlos da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.3192104061**

### **CAPÍTULO 2..... 15**

#### CONFLITO E IDENTIDADE NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO: O CASO DE NAGORNO-KARABAKH

Danielle Amaral Makio

Larissa de Castro Nogueira

**DOI 10.22533/at.ed.3192104062**

### **CAPÍTULO 3..... 31**

#### PRECARIIDADES (DES)MASCARADAS. TRAMAS ONTOLÓGICAS, RECONHECIMENTOS E GIROS PELAS ABORDAGENS DE JUDITH BUTLER

Angela Virgínia Brito Ximenes

**DOI 10.22533/at.ed.3192104063**

### **CAPÍTULO 4..... 45**

#### PROJETO SIM (SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR): PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

Fernanda das Chagas Valente

Flávia Bascuñan Timm

Heloisa Maria de Vivo Marques

Rúbia Cristina Porto

**DOI 10.22533/at.ed.3192104064**

### **CAPÍTULO 5..... 57**

#### A CONDIÇÃO DA MULHER EM CONFINAMENTO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PETROBRAS DURANTE A GREVE DOS PETROLEIROS

Mariana Marujo Velloso

Marinete dos Santos Silva

**DOI 10.22533/at.ed.3192104065**

### **CAPÍTULO 6..... 67**

#### A PROTEÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS IDOSAS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR CORONA VÍRUS: UM ESTUDO A PARTIR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Ulisses Campos de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.3192104066**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>92</b>
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	
Hádria Samille Palhano Galvão	
Jeovana Nunes Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3192104067</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>104</b>
A FUNÇÃO DA ESPIRITUALIDADE E DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS RECUPERANDOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU-MG	
Renato Paulino Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3192104068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>111</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DE 1967 A 2019 E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO FORTIFICADO	
Marina da Silveira e Melo	
Pedro Gomes Januário	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3192104069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
O CENTRO HISTÓRICO E A EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: PROTEÇÃO, HABITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL	
Marina da Silveira e Melo	
Pedro Gomes Januário	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31921040610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
HOOK, LINE, OR SINKER?: CHOICES IN ARCHAEOLOGICAL EPISTEMOLOGIES - TWO SOUTH AMERICAN CASE STUDIES	
John Gabriel O'Donnell	
Klaus Kristian Hilbert	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31921040611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>148</b>
ARQUEOLOGIA SOCIAL INCLUSIVA E CONSERVAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DOS SÍTIOS BARRO BRANCO I E TEMPLO DOS PILARES – ALCINÓPOLIS – MS	
Maria Conceição Soares Meneses Lage	
Benedito Batista Farias Filho	
Igor Linhares de Araújo	
Wellington Lage	
Danyel Douglas Miranda de Almeida	
Pablo Meneses Lage	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31921040612</b>	

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>162</b>
“COTIDIANO” DE RONALDO MIRANDA: IMAGINAÇÃO VISUAL E CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE DE CANÇÃO DE CÂMARA COM TEMÁTICA CONTEMPORÂNEA E MÚSICA PÓS-TONAL	
Gisele Pires Mota	
DOI 10.22533/at.ed.31921040613	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>173</b>
INTERDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA E TECNOLOGIAS	
Tathiana Moreira Diniz Ribeiro Cotta	
DOI 10.22533/at.ed.31921040614	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>184</b>
A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO IFTO- <i>CAMPUS</i> ARAGUATINS	
Idrlan Alves Batista	
Rafael de Jesus Costa	
Maiara Sobral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.31921040615	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>196</b>
ESPERANÇA E CONSOLO: UMA HERMENÊUTICA DO LIVRO DE APOCALIPSE PRESENTE NA TEOLOGIA DE MARTINHO LUTERO	
Maelite Costa de Araújo	
João Inácio Bezerra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.31921040616	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>203</b>
PARA ALÉM DO CORAÇÃO AQUECIDO: FRATURAS E PEQUENAS CRISES NUMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COM JOHN WESLEY	
Álvaro Nunes Lorangeira	
Tarcis Prado Junior	
Moisés Cardoso	
Franco Iacomini Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.31921040617	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>214</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>215</b>

# CAPÍTULO 4

## PROJETO SIM (SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR): PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

*Data de aceite: 21/05/2021*

### **Fernanda das Chagas Valente**

Bacharel em Direito pela Universidade Paulista e mestranda pela Universidade Católica de Brasília

### **Flávia Bascuñan Timm**

Psicóloga, mestre e doutora pela Universidade Católica de Brasília

### **Heloisa Maria de Vivo Marques**

Psicóloga pela Universidade Mackenzie e mestre em psicologia pela Universidade Católica de Brasília

### **Rúbia Cristina Porto**

Bacharel em Direito e mestre pela Universidade Católica de Brasília

**RESUMO:** Este texto tem como objeto a descrição um projeto de extensão universitária transdisciplinar, na área da violência doméstica e familiar contra mulheres, nomeado Projeto SIM (Serviço de Atendimento Integral às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar). Com o objetivo de compreender como o projeto foi estruturado, baseado e como funcionou, os seguintes temas foram abordados: violência doméstica e familiar contra mulheres, extensão universitária e transdisciplinaridade.

**PALAVRAS - CHAVE:** Projeto, Extensão Universitária, Transdisciplinaridade, Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres.

**ABSTRACT:** This text has as its description a transdisciplinary university extension project, in the area of domestic and family violence against women, called Project SIM (Service of Integral Assistance to Women in situations of domestic and family violence). In order to understand how the project was structured, based and how it worked, the following themes were addressed: domestic and family violence against women, university extension and transdisciplinarity.

**KEYWORDS:** Project, University Extension, Transdisciplinarity, Domestic and Family Violence against Women.

### **INTRODUÇÃO**

Durante mais de duas décadas, Maria da Penha Maia Fernandes foi alvo de agressões e tentativas de assassinato cometidas pelo próprio marido – entre elas afogamento, eletrocussão e disparo de arma de fogo, que a deixou paraplégica. Ela se tornou vítima emblemática de uma violência que mata e deixa sequelas em milhares de mulheres no Brasil, todos os dias. Em busca de justiça, Maria da Penha se tornou ativista da causa e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Mas somente em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a tão conhecida Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), em sua homenagem (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2018a).

Embora a lei já tenha completado 14 anos em 2020, grande parte das vítimas ainda não



conseguem romper com as situações de violência que vivenciam, por inúmeras questões, mas principalmente pela raiz da violência estar ligada a questões sociais, que são reflexo da cultura machista, misógina, sexista, patriarcal que assola as sociedades, quase que mundialmente. Portanto, não se trata apenas de um problema jurídico e criminal. Ele é extremamente complexo e para tanto, deve ser tratado de forma integral. Desta forma, muitas Instituições, públicas e privadas, das áreas da saúde, justiça, educação, assistência social, entre outras, articulam-se em redes a fim de atuar desde a prevenção ao atendimento de mulheres que vivenciam a violência doméstica, seus familiares e agressores.

O presente artigo tem como objetivo principal descrever um projeto de extensão universitária na área da violência doméstica e familiar contra mulheres, que ocorreu durante quase três anos (entre abril de 2017 a dezembro de 2019), em uma Universidade localizada no Distrito Federal, na região Centro-Oeste do país. Atividades extensionistas e transdisciplinares são fundamentais para o contexto universitário e a temática trabalhada e desenvolvida, além de ter grande relevância social, apresenta um fator multidisciplinar para o atendimento integral da mulher que vivencia a violência doméstica. Neste contexto, praticamente diversos cursos de graduação e pós-graduação de uma Universidade podem se beneficiar com projetos deste tipo. Além de estarem cumprindo o dever do tripé institucional, qual seja: ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, iremos falar sobre violência doméstica e familiar contra mulheres, discorrer sobre a importância de atividades extensionistas para Universidades, citar a transdisciplinaridade que é a forma de tratarmos uma temática de forma integral e por fim apresentar o Projeto SIM (Serviço de Atendimento Integral às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar), objetivando justificar a importância e a relevância de projetos voltados às questões sociais.

## **QUESTÕES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES**

A violência contra as mulheres é uma forma de violação de direitos humanos. Segundo Barbosa (2007), existem várias formas de agressão praticadas contra as mulheres, dentre elas a violência intrafamiliar, refletida nos altos índices de homicídios, lesões corporais, agressões psicológicas, morais e patrimoniais, cujos autores podem ser maridos, companheiros, noivos e/ou namorados. Ainda de acordo com a mesma autora há também outras formas de violência que provocam graves danos físicos e psicoafetivos nestas mulheres, dentre eles o assédio sexual e o assédio moral, mesmo que se apresentem de forma mais sutil e silenciosa aos olhos da sociedade.

Compreendendo a violência contra mulheres como uma das expressões da questão social, ela não atinge apenas classes sociais, religiões, etnias e culturas específicas. Possui uma estrutura central que se configura na naturalização dos estereótipos de gênero, que, conseqüentemente, se expressa nas relações de poder entre os sexos e nas

relações afetivas homo ou heterossexuais. São relações permeadas por desigualdades e cerceamento de direitos que possuem na violência seu instrumento de imposição e controle.

De acordo com os dados da Central 180<sup>1</sup>, foram registrados no 1º semestre de 2016 67.962 relatos de violências e 86,64% destes se referiram a situações de violência previstas na Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha<sup>2</sup>. O relatório sinaliza, ainda, “[...] que 78,72% das vítimas de violência doméstica possuem filhos/as e que 82,86% desses (as) filhos (as) presenciaram ou sofreram violência.”

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), em edição especial sobre a violência de gênero, reuniu diferentes dados sobre homicídios contra mulheres, sobretudo na área da saúde, e identificou que 4.762 mulheres foram assassinadas em 2013 no Brasil. Destes assassinatos “[...] 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex”. Conforme o mesmo documento pode-se inferir que ocorrem 13 homicídios femininos diários. De 1980 a 2013 106.093 mulheres brasileiras foram assassinadas. O documento, embora não objetive alcançar um diagnóstico preciso da realidade brasileira, evidencia um grave problema social: o da letalidade intencional violenta por condição de sexo.

De acordo com a socióloga Lourdes Bandeira, o crime contra mulheres por razões de gênero enquadra-se no feminicídio e este, segundo a autora,

[...] representa a última etapa de um continuum de violência que leva à morte. Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação que foi aprendido ao longo de gerações.<sup>3</sup>

Eleonora Menecucci, ex-ministra chefe da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República diz que:

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2018b).

1 Refere-se à Central de Atendimento à Mulher. Trata-se de um telefone de serviço utilidade pública, gratuito, confidencial, criado em 2005. O serviço era oferecido, até 2016, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

2 Do total de atendimentos do 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Dentre os relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas.

3 O supracitado trecho de Lourdes Bandeira foi transcrito de um texto divulgado no Instituto Patrícia Galvão (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2018b).

Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, que classifica como crime hediondo e com agravantes à violência contra mulheres em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos etc.). A lei define como feminicídio a violência provocada por razões da condição de sexo feminino nas seguintes situações: I – violência doméstica e familiar e II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Diante de uma realidade tão covarde e cruel, é necessária a criação de propostas adequadas, integrais e funcionais, para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres (Cf. CUNHA; PINTO, 2018, p. 155-156). É o que se propôs o projeto de extensão universitária SIM.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

A universidade desempenha importantes papéis, além de possibilitar aos estudantes uma formação profissional. Ela deve ser reconhecida como uma instituição capaz de produzir conhecimentos aplicáveis à realidade social, em diversos níveis, podendo desenvolver projetos compatíveis com as reais necessidades da população em benefício comum, buscando solucionar os problemas da sociedade atuais. Para tal, os projetos de extensão universitária vêm cumprir com essa função social.

Podemos definir extensão universitária como:

[...] ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2021).

Santos (2012) refere em seu artigo que as atividades extensionistas surgem, portanto, da interação universidade-sociedade, tornando-se obrigatórias no sistema de ensino superior brasileiro a partir da Lei da Reforma Universitária (Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968). A Constituição Federal, em seu artigo 207º, define o papel, o dever e a missão das universidades brasileiras, nas quais devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que regulamenta o sistema educacional público e privado, também cita esta função considerando cada um dos pilares do Tripé Universitário, assim como sua indissociabilidade e sua articulação (Cf. VIGNALI, 2020).

Diante dos aspectos apontados, é possível compreender a dimensão extensionista como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Nogueira, 2000).

Outro aspecto fundamental que deve ser citado, de acordo com Santos (2012), seria o envolvimento de professores, técnicos administrativos e acadêmicos na prática das atividades extensionistas, a fim de que seja cumprido um conjunto de ações integradas e acadêmico-científicas, com padrões estruturados de conceitos e normas, com planejamento e avaliação dos métodos, com resultados a serem alcançados e impactos sociais, tendo em vista, o cumprimento do papel social da universidade não somente como uma ação assistencialista ou caritativa. A atividade extensionista deve ser executada de modo eficaz, eficiente e ético.

Além de todos os aspectos referendados, vale ressaltar ainda a importância da formação e da aprendizagem profissional do estudante estarem intimamente vinculadas à prática. Para atuar no mercado de trabalho, o indivíduo deve ter um perfil profissional que saiba construir uma intervenção metodológica, a partir do conhecimento teórico, crítico e reflexivo. Neste sentido, Santos (2012) coloca a extensão universitária como:

[...] um espaço privilegiado de formação e aprendizado profissional, tendo em vista que proporciona o desenvolvimento de uma relação umbilical entre teoria e prática, realizando um “ir” e “vir” permanente à realidade social, o que contribui significativamente com o progresso cultural, político e econômico do país.

Cabe ressaltar ainda a questão da transdisciplinaridade nas atividades extensionistas como forma de se desfazer limites, integrar conhecimentos e estimular uma nova compreensão de realidades complexas, articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas (Cf. TEIXEIRA, 2015).

## **TRANSDISCIPLINARIDADE**

A existência de questões não penais na Lei Maria da Penha demanda a integração entre diversas disciplinas, criando um diálogo entre elas, com o fim de fortalecer o combate à violência doméstica e familiar contra mulheres. O reconhecimento de aspectos que ultrapassam a ordem jurídica e ingressam na ordem social exige a adoção de medidas diferenciadas dentro de uma seara não só repressiva, mas também preventiva, de apoio e de assistência, as quais exigem que a junção de diversos saberes para uma finalidade comum.

A seção III da Lei 11.340/2006, que trata das medidas protetivas de urgência, traz regras gerais de ordem procedimental, seguida de medidas repressivas ao agressor e, por fim, dispõe de medidas de assistência e amparo às mulheres em situação de violência. Neste ponto, a lei prevê a inserção da mulher, dos seus dependentes e familiares em programas sociais, bem como a atuação de uma equipe multidisciplinar composta de psicólogos e assistentes sociais.

A transdisciplinaridade une o mundo “não universitário” ao universitário, possibilitando

que várias disciplinas acompanhem questões vinculadas às políticas públicas e sociais, com a participação de diversas áreas, resultando na formação de profissionais mais completos e mais preparados para contribuir com a mitigação e exclusão da violência no âmbito doméstico.

A questão da violência doméstica no Brasil mostra-se, notoriamente, complexa e exige dos estudantes e profissionais de diversas áreas, não apenas o conhecimento acerca das questões inerentes às suas respectivas disciplinas, mas uma visão macro da problemática.

Assim, um estudante de Direito, por exemplo, ao enfrentar um atendimento a uma mulher em situação de violência, não terá como suficiente apenas o seu conhecimento jurídico, mas também a cognição sobre psicologia e sociologia. Outrossim, estudantes e profissionais de áreas diversas deverão deter conhecimento do disposto em diversos ramos da Ciência Jurídica, especialmente no que se refere aos aspectos constitucionais e penais.

Em artigo sobre a identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários, docentes da área de enfermagem descrevem um estudo com abordagem qualitativa, realizado com 32 estudantes que cursavam os dois últimos semestres dos cursos de graduação em fisioterapia, enfermagem, odontologia e medicina (Cf. SIMÕES, 2019).

Segundo os docentes elaboradores do referido estudo:

[...] os dados demonstraram que os estudantes universitários apresentam conhecimento incipiente sobre a identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher, além de apontarem o sentimento de despreparo na identificação e no manejo deste agravo. Conclui-se que os estudantes universitários nos cursos de graduação da área de saúde, ainda em seu processo de formação, precisam ter um conhecimento mais aprofundado sobre a temática da violência doméstica contra a mulher de forma transdisciplinar, com competências e habilidades que os permitam atuar no enfrentamento e encaminhamento de mulheres em situação de violência.

Tal constatação demonstra a necessidade da transdisciplinaridade, ou seja, a inserção do estudante e profissional em um universo de conhecimento lato, transcendente às noções restritas às disciplinas oferecidas na sua graduação, já que a sua atuação exigirá conhecimento na identificação de casos de violência contra a mulher e na conduta frente aos casos.

Ao final do referido artigo, os docentes concluem que há que se aprimorar o conhecimento a partir das realidades epidemiológicas, socioculturais e políticas, assim como práticas onde os estudantes universitários possam vivenciar de maneira mais direta a temática, de modo a instrumentalizá-los na identificação e manejo adequados frente aos casos vivenciados na graduação e na futura atuação profissional.

Sob essa ótica, o Projeto SIM contempla uma atuação integrativa dos estudantes e profissionais de diversas áreas, exigindo a transposição de barreiras impostas entre as

diversas disciplinas que devem se fundir para otimizar o combate à violência doméstica contra a mulher.

Assim, a mulher em situação de violência tem o seu primeiro contato, ainda na delegacia, com profissionais e estudantes da área de Direito, Psicologia e Serviço Social, em uma atuação conjunta de orientação, cuidado e apoio. A atuação dos profissionais e estudantes se mantém para além da audiência de justificação, havendo uma ação efetiva durante todo o processo, com auxílio, se necessário, de profissionais da odontologia, medicina, gastronomia e outros.

No que se refere aos profissionais e estudantes de Direito, além de orientar e apoiar, tem um papel efetivo na repressão à violência, tendo em vista que são responsáveis por provocar a decretação de medidas protetivas de urgência, representar ou pleitear a decretação de prisão ou medidas cautelares, além de instrumentalizar eventual ação penal para buscar a criminalização do agressor e pleitear na esfera cível a fixação de alimentos e regulamentação de guarda e visita de menores, tudo com a colaboração dos profissionais e estudantes da área de psicologia e serviço social.

O artigo 30 Lei 11.340/2006 é claro ao indicar as competências da equipe de atendimento multidisciplinar, apontando como suas atribuições, dentre outras, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

O legislador salienta ainda que, quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar. Acerca da atuação multidisciplinar nas audiências dos Juizados Especiais de Violência Doméstica, preleciona Rogério Sanches Cunha (2018, p. 124):

A exemplo do que já acontece na área da Infância e da Juventude, a equipe multidisciplinar aparece como precioso auxiliar na busca da Justiça. A Psicóloga Renata Mancini, lembrada por Paulo Lúcio Nogueira, relata que “a audiência interdisciplinar se constitui no momento de integração entre as contribuições do psicólogo e do assistente social no estágio formativo da convicção da autoridade judiciária. A audiência interdisciplinar representa, assim, o momento de união entre três formas de conhecimento, com o objetivo único de colocar à disposição do juiz dados revelados não apenas pela utilização da ciência psicológica e da ciência social, mas sobretudo da integração destas visões, enquanto material informativo das decisões.

O Projeto SIM efetiva, portanto, não só o que é previsto pelo legislador, mas antecipa a atuação da equipe multidisciplinar, composta por profissionais e estudantes universitários, para iniciarem a atuação desde a Delegacia e, prolonga e amplia essa força tarefa de apoio, orientação, direcionamento, cuidado e defesa das ofendidas para além do judiciário.

Dessa forma, o projeto SIM busca com a transdisciplinaridade desenvolver um trabalho jurídico e psicossocial desde o primeiro contato com a mulher; acolher orientar às mulheres e famílias que sofrem com a violência a outros órgãos locais de apoio; acompanhar os encaminhamentos; elaborar fluxograma da violência; desenvolver atividades sócio-educativas junto à comunidade acerca da violência doméstica contra a mulher; oferecer apoio e orientação psicológica à mulher; oferecer orientação e patrocínio jurídico à mulher e familiares afetados pela violência, dentre diversas outras ações que tornam imprescindível a colaboração de todos os profissionais e estudantes envolvidos.

## **APRESENTANDO O PROJETO SIM**

O projeto SIM nasceu da afirmação: Sim, a denúncia! Sim a uma vida livre da violência de gênero! E foi resultado de uma parceria entre o Núcleo de Prática Jurídica (do curso de Direito da Universidade) com os cursos de Psicologia e de Serviço Social.

O principal objetivo foi oferecer um serviço de atendimento integral às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com foco na prevenção, orientação jurídica, acolhimento, orientação e intervenção psicossocial. Tratou-se de um projeto de caráter extensionista, que procurou oferecer aos/às estudantes da Universidade uma ação transdisciplinar, integrada à diversas áreas do conhecimento, tais como: Direito, Saúde, Serviço Social e Segurança Pública.

Desta feita, com o objetivo de inovar e trabalhar de maneira diferenciada no apoio e assistências às mulheres em situação de violência doméstica, e compreendendo a necessidade de se prestar um serviço relevante e de qualidade, é que se inseriu a proposta de um projeto transdisciplinar, que pretendeu integrar às ações de assessoria jurídica desenvolvidas pelo curso de Direito as práticas de cuidado e atendimento psicossocial desenvolvidas pelo curso de Psicologia. A proposta inicial foi de criar uma atividade prática transdisciplinar, com uma matriz de conteúdo que dialoga com diferentes áreas do saber/ conhecimento. Vale ressaltar que o projeto se pautou em bases teórico-metodológicas adequadas.

Os princípios norteadores do projeto são o fortalecimento dos Direitos das mulheres, o respeito e a promoção da igualdade de gênero, liberdade e cidadania. Tais valores estão apoiados nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – “convenção de Belém do Pará”.

Os objetivos específicos foram os seguintes: 1. Oferecer orientação e atendimento jurídico as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; 2. Oferecer acolhimento e atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; 3. Realizar palestras e eventos de promoção aos Direitos das Mulheres; 4. Estabelecer

parcerias com diferentes cursos e instituições que contribuam para o fortalecimento das mulheres.

O projeto SIM teve como metas: a) Contribuir para o desenvolvimento de ações de humanização do atendimento no campo da Saúde, da Assistência Social, da Justiça e da Segurança Pública (projeto NUIAM) articulados com o Programa Mulher Viver sem Violência; b) Garantir a ação integral do atendimento que visa o tratamento respeitoso, digno, com qualidade e acolhimento humanizado; c) Oferecer um conjunto de ações que vão desde a prevenção até a assistência jurídica; d) Validar e acolher as histórias pessoais e a vivência da violência; e) Promover a valorização pessoal e a percepção das mulheres como agente de mudanças; f) Promover reflexões acerca das crenças legitimadoras da violência a partir da perspectiva de gênero.

As legislações nacionais e políticas públicas norteadoras para o desenvolvimento das ações são: Lei 11.340/2006, lei 13.104/2015 e Decreto, (Programa “Mulher, Viver sem Violência”); Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2017); Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM e Norma Técnica Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, 2012, Ministério da Saúde.

Propôs-se uma ação articulada entre os cursos de Psicologia, Direito e Serviço Social; além de outros cursos vinculados ao Projeto SIM, onde as mulheres assistidas e seus familiares possam ser encaminhados de acordo com a demanda apresentada (Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Biomedicina, Nutrição, Fisioterapia, Educação Física, Pedagogia, Gastronomia, Administração de Empresas, entre outros), ou seja, foi criada uma rede de atendimento; da Justiça e da Segurança Pública, para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres para que juntos sejam capazes de proporcionar um espaço de acolhimento e escuta para a vivência de processos de vitimização, sem julgamento e culpabilização. Além disso, o projeto visa criar um espaço que viabilize o fortalecimento, a troca de experiências, a (re) construção de relações e vínculos saudáveis, o autoconhecimento, o reconhecimento do outro e dos limites dos relacionamentos, contribuindo para a promoção do bem-estar psicológico, social e físico sempre numa perspectiva de promoção dos direitos.

Muitas das ações do projeto SIM aconteciam no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade que é o órgão ligado ao Curso de Direito que tem por seu objetivo envolver a teoria e a prática forense aos estudantes que cursam os últimos semestres da graduação.

A unidade do Núcleo de Prática Jurídica da Cátedra para a Cultura da Paz da Universidade localizado num dos Fóruns da região administrativa do DF, além das práticas referidas acima, contou com atendimento transdisciplinar, envolvendo os cursos de Psicologia e Serviço Social da Universidade, nos casos de violência doméstica contra mulheres.



Os atendimentos jurídicos e psicossociais aconteciam também em delegacias, quando a mulher registra e lavra a ocorrência da violência doméstica (outro projeto foi idealizado advindo deste trabalho, o Projeto NUIAM) e nos fóruns, principalmente nas audiências de instrução e julgamento, onde era acompanhada por estudantes, advogada e psicóloga antes, durante e depois das audiências. Posteriormente, diante da demanda apresentada pela mulher assistida e sua família, encaminhamentos dos mais diversos aconteciam (atendimentos jurídicos – pensão alimentícia, divórcio etc., atendimento psicológico, atendimento odontológico, atendimentos diversos na área da saúde, participação em oficinas, entre outros). Estes atendimentos poderiam acontecer na Universidade ou em outros locais, como Institutos. Além do atendimento jurídico e psicossocial ofertado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, outras ações ligadas a prevenção da temática também aconteceram, tais como: Campanhas (Laço Branco: Homens pelo fim da violência de gênero), 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero pela ONU com diversas atividades, Exposição de artes desenvolvidas por estudantes de diversos cursos da Universidade, Eventos (Mulheres Plurais, semana das mulheres, entre outros), Oficinas de Gastronomia, Palestras para diversos públicos (inclusive para colaboradores da Universidade), Elaboração de materiais para divulgação, PIBIC/Ensino Médio, etc.

## CONCLUSÃO

De acordo com a 8ª. Edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto de Pesquisa Data Senado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros, ex-maridos ou ex-namorados subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019, revelando um aumento de quase três vezes em oito anos e representam um aumento de 284% desses casos (Cf. PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2019).

Mesmo com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República em 2011 e com as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres ampliadas, passando a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e inclusive de responsabilização dos agressores (combate), os dados tiveram um grande aumento, demonstrando a necessidade cada vez mais pungente de existirem programas e projetos, sejam eles públicos ou privados, que atuem de forma mais eficaz, coerente e ética na prevenção e na pós-venção da violência doméstica e familiar contra mulheres.

Durante quase três anos o Projeto Extensionista SIM aconteceu, beneficiando a sociedade no geral, representada por inúmeras mulheres e suas famílias na superação das situações de violência doméstica vivenciadas de forma integral e transdisciplinar. Docentes, estudantes, colaboradores, ou seja, a sociedade acadêmica também se beneficiou com as práticas e com o conhecimento relativos à temática durante este período. A Universidade também foi beneficiada, por ter sido amplamente envolvida pelo Projeto, além de ter

cumprido o dever do tripé institucional, qual seja: ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, houve muitos ganhos!

Desta forma, a criação e a implantação do Projeto SIM, descrito neste artigo, veio trazer a ideia de ser possível que as Universidades, em sua grande maioria, sejam grandes aliadas na luta contra a violência familiar e doméstica realizada em mulheres.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Reconhecendo a violência doméstica contra a mulher. In: *INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO*. São Paulo, 2018a. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/reconhecendo-a-violencia-domestica-contra-a-mulher/>>. Consulta em: 19/02/2021.

\_\_\_\_\_. Femicídio: 10,7 mil processos aguardavam decisão da justiça em 2017. In: *INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO*. São Paulo, 2018b. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/femicidio/>>. Consulta em 19/02/2021.

BARBOSA, B.J. *A problemática da violência contra a mulher*. Revista Eletrônica da PRPE - Criminal - Novembro de 2007. BRASÍLIA: 2015. Disponível em: < [https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Consulta em: 19/02/2021.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Título do texto/item. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/violencia/pacto-nacional>>. Consulta em: 20/02/2021.

NOGUEIRA, M. D. P. *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. Violência doméstica e familiar contra a mulher – 2019. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2019>>. Consulta em: 19/02/2021.

SANTOS, M. P. *Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior*. Revista Conexão UEPG, vol. 8, núm. 2, julho-diciembre, 2012, pp. 154-163. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728002>. Consulta em: 19/02/2021.

SIMÕES, Aline Vieira et al. Identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários. *Enfermería Actual de Costa Rica*, San José, n.37, Jul.-Dec. /2019. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728002>. Consulta em: 19/02/2021.

TEIXEIRA, Hélio. *O que é Transdisciplinaridade?* [S.l.]: [s.n.], 2015. 5. Disponível em: <<http://www.helioteixeira.org/ciencias-da-aprendizagem/o-que-e-transdisciplinaridade/#:~:text=A%20transdisciplinaridade%20%C3%A9%20uma%20abordagem,busca%20de%20compreens%C3%A-3o%20da%20complexidade>>. Consulta em: 19/02/2021.

VIGNALI, Carolina. *Tripé Universitário – Princípio da indissociabilidade: a tríade que rege o Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES*. Bauru: UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/#!/noticia/1873/tripe-universitario>>. Consulta em: 19/02/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O que é a extensão universitária*. 2021. Disponível em: <<https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>>. Consulta em: 19/02/2021.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. 1. ed. OPAS/OMS. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Antropologia 105, 106, 148

Arqueologia 8, 131, 132, 149, 150, 151

Arquitetura 23, 57, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 126, 130

Arte Rupestre 8, 149, 150, 151, 155, 156, 161, 162

### B

Biologia 187, 190, 192, 193, 194, 196

### C

Centro Histórico 8, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129

Cidades 112, 113, 116, 120, 121, 129

Conhecimento Científico 49

Coronavírus 58, 62, 64, 65, 66, 68, 82, 83, 92

COVID-19 3, 32, 41, 69, 70, 74, 75, 78, 79, 83, 85, 91, 92

Crise Sanitária 68, 69

### D

Didática 96, 107

Direitos Humanos 7, 1, 2, 32, 39, 42, 43, 46, 47, 53, 54, 56, 62, 68, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 87, 92, 102, 107, 109, 111, 215

### E

Economia Política 1, 5, 7, 11, 15, 41, 61

Educação Inclusiva 8, 93, 94, 95, 97, 100, 101, 103

Ensino 5, 8, 9, 47, 49, 55, 56, 57, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 215

Ensino Superior 8, 49, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 175, 176, 188

Estado 3, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 37, 42, 43, 44, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 87, 90, 91, 94, 101, 106, 107, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 129, 149, 151, 161, 174, 176, 187, 206, 209, 211, 212, 215

Ética do cuidado 32

Exclusão social 8, 121, 125, 127, 211

Extensão Universitária 7, 46, 47, 49, 50, 56, 57

## **F**

Física 9, 48, 54, 87, 89, 90, 96, 98, 99, 100, 112, 118, 121, 129, 171, 174, 176, 183, 196

## **G**

Gênero 1, 4, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 47, 48, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 92, 215

## **H**

Hermenêutica 9, 197, 200, 201, 202, 203

Humanidades 3, 32, 38, 39, 131, 215

## **I**

Identidades 16, 20, 23, 24, 36, 39, 109

Imagética Visual 163, 164, 170

Interdisciplinaridade 9, 70, 174, 176, 183, 188, 190, 194

Iphan 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 150, 151, 155, 158, 161

## **J**

Justiça Social 1, 2, 68, 70

## **L**

Lei Maria da Penha 46, 48, 50, 56

Liberdade 5, 9, 28, 44, 53, 70, 71, 86, 87, 88, 107, 110, 120

## **M**

Metodologias 5, 201

Mulheres 5, 7, 1, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 215

Música 9, 163, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 211

## **N**

Nagorno-Karabakh 7, 16, 17, 18, 19, 21, 30, 31

## **P**

Pandemia 7, 41, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 91, 92

Patrimônio Histórico 8, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 127, 129, 151, 161

Performance 9, 21, 112, 145, 150, 163, 164, 165, 170, 172, 174, 186

Pessoa com Deficiência 93, 94, 95, 97, 98, 102, 103

Pessoas Idosas 7, 41, 68, 69, 70, 75, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 91

Poesia 43, 163, 164, 165, 172

Políticas Públicas 8, 9, 23, 41, 51, 54, 55, 70, 73, 80, 86, 87, 91, 94, 95, 96, 101, 112, 113, 114, 115, 119, 215

Precariedades 7, 32, 41, 43

Protestantismo 204

## **R**

Religião 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 213

## **S**

Sistema prisional brasileiro 105

Sítio arqueológico 147, 150, 153, 154, 155, 157, 161

## **T**

Teologia 9, 197, 198, 200, 201, 202, 213, 214

Teoria Crítica 1, 4, 13, 14, 32, 44

Transdisciplinaridade 46, 47, 50, 51, 53, 56

## **U**

UNESCO 113, 116, 117, 121, 122, 126, 161





## **V**

Violência Doméstica e Familiar 7, 46, 47, 49, 50, 53, 54, 55



# Ciências Humanas:





Caráter Polissêmico e  
Projeção Interdisciplinar

-  [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)
-  [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)



# Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e  
Projeção Interdisciplinar

-  [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)
-  [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)